

OPINIÃO

É preciso ressignificar o empreendedorismo no Brasil

Iago Maciel (*)

Desde os processos de gestão até aquisições de talento, é visível que o empreendedorismo nacional está passando por uma revolução

Seja por transições políticas, avanço da tecnologia, é cada vez mais comum ver grandes ícones, reverenciados mundo afora até pouco tempo atrás, obrigados a se adaptarem às novas demandas. Neste cenário, é fundamental pensar em como reconstruir premissas e renovar o significado do verbo empreender.

Ser empreendedor exige um esforço descomunal. Ainda mais quando ambientados no Brasil. Aqui, a estrutura da criação de um negócio é tão embargada que nos deu o prêmio de país onde mais se gasta tempo com burocracia tributária do mundo, segundo relatório divulgado pelo Banco Mundial em 2017. E os efeitos negativos são potencializados pelo pouco incentivo que existe à atividade aqui.

Tomar o controle da mudança pela qual a concepção e consolidação dos negócios precisa passar pode fazer a diferença para que os aspectos positivos se sobressaiam aos negativos. Um grande exemplo desta renovação pode ser vista, por exemplo, no surgimento de empresários cada vez mais jovens.

Mesmo inseridos em um ambiente tradicionalmente hostil, a participação de pessoas entre 18 e 34 anos no número total de empreendedores em fase inicial cresceu de 50% para 57%, de acordo com a pesquisa GEM 2017 do Sebrae/IBQP. O sonho de construir carreira em uma empresa ou no serviço público está ficando em segundo plano para muitos, que, ao invés disso, preferem ser donos do próprio negócio.

O sonho de construir carreira em uma empresa ou no serviço público está ficando em segun-

do plano para muitos, que, ao invés disso, preferem ser donos do próprio negócio. São aproximadamente 15,7 milhões de jovens em vistas de abrir um negócio ou com uma empresa em atividade até 3 anos e meio. Eles estão entendendo que inovar é a melhor forma de dar inaugurar o movimento e estimular a transição que tanto se anseia.

Neste momento, se destacam iniciativas que nadam contra a maré e buscam modificar o status quo estimulando o empreendedorismo. Um exemplo é o Movimento Empresa Júnior (MEJ), que incentiva uma educação empreendedora por meio da vivência empresarial ainda durante a formação acadêmica. Presente em 25 estados, o movimento está completando 30 anos no Brasil com mais de 600 empresas juniores e aproximadamente 20 mil empresários distribuídos em 208 universidades em todas as regiões do País.

Para endossar este sucesso, o MEJ brasileiro é responsável pelo maior evento sobre empreendedorismo jovem do mundo, o ENEJ, que neste ano levou cerca de 5.000 estudantes universitários de todos os cantos do País para a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Foram quatro dias de palestras, workshops, análises de casos, minicurso e rodas de discussão com grandes nomes do mercado.

Atividades como essa podem ser a solução para que se construa um legado que realmente cause impacto no país, o que pode ser comprovado nos muitos negócios de sucesso que surgiram a partir de iniciativas criadas por jovens que foram formados por essa experiência empreendedora.

A metamorfose finalmente acontecerá quando o empreendedorismo jovem for plenamente incentivado para se tornar o alicerce que vai orientar o futuro.

(*) É presidente da Brasil Júnior (www.brasiljunior.org.br).

Estados perdem competitividade por causa de violência, aponta pesquisa

Pesquisa da ONG Centro de Liderança Pública (CLP), divulgada na sexta-feira (14), aponta que estados brasileiros estão perdendo competitividade por causa da violência

É o caso do Acre que perdeu oito posições no ranking nacional em decorrência da violência, e agora está na última colocação. Na área de segurança pública, passou de 5º colocado (em 2015) para 20º (em 2018). Desde 2016, “a disputa pelo controle de fronteiras do tráfico de drogas na região, levou a um enorme aumento da violência, de 2015 para 2016, o número de homicídios subiu 86%.

Só no Acre, são 1,4 mil km de fronteiras com a Bolívia e o Peru, “os maiores produtores de cocaína do mundo”. Outro estado com queda no quesito segurança foi Roraima, que caiu da 4ª posição (2015) para 26ª (2018), ficando a frente apenas de Pernambuco (27ª). As cinco unidades da Federação melhor avaliadas no combate à criminalidade são: São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Para a diretora executiva da CLP, Luana Tavares, o trabalho conclui a necessidade de uma atuação mais ostensiva dos gestores na área de segurança



Se torna necessário maior investigação dos crimes em um trabalho conjunto das polícias civil e militar.

pública. Ela propõe a “otimização dos serviços e maior investigação dos crimes em um trabalho conjunto das polícias civil e militar”. Também afirmou que a maioria dos estados não tem priorizado ações para o cumprimento da meta das Nações Unidas de diminuir em 50% as mortes no trânsito até 2020.

O estado do Rio de Janeiro vem perdendo posições no ranking geral. Em 2015, esta-

va no oitavo lugar, em 2018, passou para o 13º. No quesito eficiência da máquina pública, caiu do 10º para o 15º lugar. Em solidez fiscal, está na última posição. Um dos motivos é que o Rio acumula uma dívida superior a R\$ 90 bilhões, consequência da política de desonerações tributárias e do “excessivo gasto com a máquina pública”.

Já Alagoas teve o maior avanço na classificação nacional, su-

bindo oito pontos e garantindo a 16ª posição. A pesquisa indica que o estado reestruturou a dívida com a União, “reduzindo o pagamento de juros e, por consequência, a quantidade de recursos destinados a este fim”. Dos dez pontos analisados, Alagoas registrou alta em oito e teve o melhor resultado em solidez fiscal. Na área de segurança pública, subiu sete posições.

No ranking geral, São Paulo lidera, mantendo a posição desde 2017, seguido por Santa Catarina (2º), Distrito Federal (3º) e Paraná (4º). Os demais estados estão nas seguintes posições: Rio Grande do Sul (5º), Minas Gerais (6º), Mato Grosso do Sul (7º), Espírito Santo (8º), Paraíba (9º), Goiás (10º), Mato Grosso (11º), Ceará (12º), Rio de Janeiro (13º), Rondônia (14º), Tocantins (15º), Alagoas (16º) Amazonas (17º), Roraima (18º), Rio Grande do Norte (19º), Pernambuco (20º), Piauí (21º), Bahia (22º), Pará (23º), Amapá (24º), Sergipe (25º), Maranhão (26º) e Acre (27º) (ABR).

Caixa reduz taxas de juros para imóveis

A Caixa anunciou a redução de 0,75 ponto percentual nas taxas de juros do crédito imobiliário para aquisição de imóveis enquadrados no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). A redução vale para imóvel de até R\$ 1,5 milhão. As taxas mínimas passarão de 9,5% para 8,75% ao ano. E a taxa máxima cai de 11% para 10,25% ao ano. As novas taxas começam a valer a partir do próximo dia 24.

A Caixa informou também que a partir de novembro oferecerá um novo serviço de avaliações de imóveis, disponibilizando laudo diretamente para pessoas físicas e jurídicas. O Caixa Avalia é uma plataforma que vai permitir a venda de avaliações pelo site com contratação 100% digital.

A Caixa tem R\$ 85 bilhões disponíveis para o crédito habitacional este ano. No 1º semestre, foram contratados mais de R\$ 40 bilhões. O banco tem cerca de 70% das operações para aquisição da casa própria (ABR).

Portaria obriga empresas a contratar presos ou egressos

A portaria que obriga empresas contratadas pelo governo federal a empregar presos ou egressos do sistema prisional foi publicada no DOU de sexta-feira (14). A medida vale para empresas vencedoras de licitações cujos contratos com o governo superem R\$ 330 mil. A portaria é assinada pelos ministros da Segurança Pública, Raul Jungmann, e dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha. Além de dispor sobre o procedimento de contratação de mão de obra de presos ou egressos do sistema prisional, a portaria aborda detalhes relativos à forma como o cumprimento dessas regras será fiscalizado.

“Toda e qualquer empresa que vá contratar ou que vença licitação de mais de R\$ 330 mil por ano terá de contratar um percentual, que começa em 3% [de egressos ou presos]. Quanto maior for o valor da licitação, maior será esse percentual, até o máximo de 6%”, disse Jungmann durante a cerimônia de assinatura da portaria. Quando a execução do contrato demandar 200 ou mais funcionários, o percentual de egressos ou presos contratados deverá ser de 3%. De 201 a 500, o percentual



A medida vale para empresas vencedoras de licitações cujos contratos com o governo superem R\$ 330 mil.

sobe para 4%; quando for entre 501 e 1 mil funcionários será de 5%; e quando for acima de 1 mil empregados, de 6%.

A obediência a esses percentuais será exigida da proponente vencedora na assinatura do contrato. Caberá à empresa apresentar mensalmente – ao juízo de execução, com cópia para o fiscal do contrato ou para o responsável indicado pela contratante – a relação nominal dos empregados, ou outro documento que comprove o cumprimento dos limites percentuais previstos. Na época em que anunciou a portaria, o ministro Jungmann disse que a nova legislação poderá ajudar

os presos a terem uma recolocação produtiva e, dessa forma, evitar que cometam novos crimes.

Para ele, a medida diminuirá o poder das facções criminosas, uma vez que alternativas laborais dentro e fora do sistema prisional evita que os indivíduos se tornem “escravos” dessas facções. A fim de facilitar a implementação dessas regras, será criado o Banco Nacional de Egressos – um cadastro por meio do qual as empresas terão acesso ao perfil do preso ou do egresso, de forma a identificar aqueles com melhores condições para ocupar o posto (ABR).

Seis meses após assassinatos, caso Marielle aguarda solução

O assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), 38 anos, e do motorista Anderson Pedro Gomes, 39 anos, completou seis meses na sexta-feira (14). O crime ainda aguarda solução. As autoridades federais afirmam que até o fim deste ano as respostas virão.

Para a viúva de Marielle, Mônica Benício, parentes, amigos e ativistas, a vereadora e o motorista foram executados. Independentemente das investigações, eles preservam as bandeiras de Marielle em defesa de ações para a inclusão das mulheres, negros e do público LGBT.

Após seis meses da morte da vereadora e do motorista, a Anistia Internacional (AI) lançou a campanha na internet ‘Quem Matou Marielle Franco?’. Uma tela de LED 360° de 5 metros, instalada em um caminhão, passará mensagens em frente a instituições públicas e da Justiça criminal no Rio. No site, a AI pede que as pessoas apoiem uma petição de urgência das investigações do assassinato, a responsabilização dos envolvidos, proteção das testemunhas e garantias de que haverá o julgamento do caso.



Vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL).

Marielle Franco foi assassinada com quatro tiros na cabeça e seu motorista Anderson Gomes, atingido por três balas. Eles estavam saindo de um evento político-cultural, no bairro de Estácio, no centro do Rio de Janeiro, em 14 de março. Câmeras flagraram os carros e os suspeitos. Porém, as investigações ainda não foram concluídas. Em agosto, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, reconheceu que “agentes do Estado” e “políticos” estão envolvidos no crime. Também admitiu dificuldades nas apurações (ABR).

Espanha ajudará Brasil a recompor acervo do Museu Nacional

O governo espanhol irá ajudar o Brasil na recomposição do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, segundo o ministro da Cultura e Esporte da Espanha, José Guirao Cabrera, que é ex-diretor do Museu Nacional de Arte Reina Sofia, um dos mais importantes da Espanha. De acordo com o ministro, a Espanha tem documentos históricos que estão em seus museus, “às vezes, até fora de exposição, que devem ser relevantes ao Brasil”. O anúncio foi feito durante encontro com o ministro da Educação, Rossieli Soares, em Madri.

“Em reconhecimento a essa história, a Espanha ajudará o Brasil na recomposição do acer-



vo ao Museu Nacional”, disse Cabrera, segundo nota divulgada pelo MEC. Além de ajudar na recomposição do acervo, Cabrera também afirmou que disponibilizará especialistas da área de museus para apoiar o Brasil na reconstrução do prédio histórico. Rossieli disse que irá identificar os tipos de

especialistas necessários e, em seguida, comunicará o Ministério da Cultura da Espanha.

O governo francês também ofereceu ajuda ao Brasil e disse que enviará quatro especialistas na área de museus ao Rio de Janeiro. A reconstrução do museu será feita em quatro etapas, incluindo a possibilidade de

cessão de um terreno próximo ao local para que as atividades acadêmicas sejam mantidas. A primeira etapa será dedicada à realização de intervenções emergenciais, como instalação de um toldo, escoramento de paredes, levantamento da estrutura, inventário do acervo e separação do que é possível encontrar nos escombros.

Depois, será contratado um projeto básico e, com base nele, será implementado o projeto executivo da reconstrução. A terceira etapa é a da reconstrução. A quarta fase poderá ocorrer em paralelo com a obra de construção. É a de recomposição do acervo (ABR).